



O SEBASTIANISMO: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E LITERÁRIA DO MITO

Prof. Dr. Álvaro Cardoso Gomes

<http://lattes.cnpq.br/6053435400430128>

Profª Drª Alzira Lobo de Arruda Campos

<http://lattes.cnpq.br/4945544723389636>

Profª Drª Eliane de Alcântara Teixeira

<http://lattes.cnpq.br/6343168720295275>

72

RESUMO – Este artigo interdisciplinar procura traçar as origens do sebastianismo, através de um estudo das correntes históricas que provocaram o surgimento de correntes messiânicas, existentes ao longo dos séculos em Portugal. Além disso, demonstra como o mito sebástico comparece nas obras de vários autores portugueses como Vieira, Garrett, Fernando Pessoa, António Lobo Antunes, Almeida Faria e outros.

PALAVRAS-CHAVE – Rei D. Sebastião, Sebastianismo, messianismo, misticismo, mito.

ABSTRACT – This interdisciplinary article seeks to trace the origins of Sebastianism, through a study of the historical currents that caused the rise of messianic currents that have existed through centuries in Portugal. Further, it demonstrates how the Sebastianic myth will recur in the works of several Portuguese authors, such as Vieira, Garrett, Fernando Pessoa, António Lobo Antunes, Almeida Faria, and others.

KEYWORDS – King. Sebastião, Sebastianism, messianism, mysticism, myth.

Origens do mito sebástico em Portugal

O mito sebástico faz parte da cultura portuguesa, e tem ocupado por muito tempo o imaginário português. Por esse e outros motivos, de que adiante trataremos, comparece em vários textos literários, de épocas distintas. O messianismo que alimenta o mito sebástico iniciou-se muito antes do nascimento de D. Sebastião: foram condições históricas, lendas primordiais e profecias que, unidas às circunstâncias do nascimento do rei, vão gerar, alimentar e fazer crescer esse mito. Para o pleno entendimento do sebastianismo, devemos



dividir essa discussão em três partes: a contextualização histórica, a origem e formação do mito e as condições históricas e socioeconômicas, a partir do século XVI, para que o mito se perpetuasse.

No século XVI, a expansão marítima portuguesa é uma realidade e o comércio entre o velho mundo e as colônias é intenso e farto. Verdadeiramente, a expansão marítima começa com invenções na arte de navegar, como o leme central, o portulano e a bússola e, no campo da teoria, os avanços da matemática com aplicação náutica, que desde o século XIV já poderiam ter proporcionado tal expansão. De fato, algumas viagens de curta distância já haviam acontecido no século XIII e, por isso mesmo, a costa norte da África já era bem conhecida. A construção naval conhece, durante o século XIV, uma evolução e rapidez incríveis. Portugal tem lugar privilegiado no mapa mundi e na Península Ibérica para iniciá-la. Além da vantagem geográfica, Portugal contava com a cultura árabe do sul do país. Segundo Oliveira Marques:

Do que não resta dúvida é de que a sua posição geográfica e as suas características culturais favoreciam o encontro de processos novos, vindos do Atlântico, do Mediterrâneo cristão e do Mediterrâneo muçulmano. O sul de Portugal, com sua longa tradição islâmica e moçárabe, teve importância decisiva no surto da navegação à distância e na recepção de influências múltiplas. Grande variedade de navios, principalmente usadas na pesca, traíam uma origem muçulmana, quer no nome quer no tipo. Entre elas salientar-se-ia o *cáravo* ou *caravela* (talvez do árabe *qarib*). (MARQUES, 2001, p. 125)

Os portugueses aperfeiçoaram as embarcações e, no século XV, estavam prontos para viagens de longa distância. Segundo Oliveira Marques, muito contribuiu para essa evolução o vasto *corpus* de ciência astronômica e matemática, desenvolvido por longo período pelos povos islâmico, judaico e cristão. O povo muçulmano seria responsável por uma extensa e complexa terminologia científica que enriqueceu os conhecimentos do ocidente. Bons exemplos são as tábuas toledanas, compostas por astrônomos muçulmanos e judeus que continham grande número de observações matemáticas importantes à navegação, traduzidas para o latim pelos cristãos depois da conquista da Espanha muçulmana. Durante os séculos XIV e XV, os portugueses obtiveram valiosas informações geográficas com os vizinhos espanhóis, de peregrinos ou embaixadores vindos de todas as partes da Europa, nas relações políticas e comerciais e de viajantes e aventureiros que chegaram a terras distantes da Ásia, Índia e África. Por esse tempo, a mão-de-obra especializada aumentou em número e tecnologia. Na primeira



metade do século XV, Portugal era a grande potência marítima, pois conseguia ter a tecnologia, a localização privilegiada e especialistas prontos para executarem as viagens que colocaram Portugal dentre as grandes nações do mundo renascentista. Segundo António Borges Coelho, “enquanto a Europa mergulhava em intermináveis guerras de poder sob bandeiras religiosas”, entre os portugueses, aguçava-se “a fome do ouro e das riquezas, o cheiro da canela, a fama” (TENGARRINHA, 2000, p. 89). E isso de certa maneira se explicava porque “o grande domínio capitalista por excelência encontra-se no mar, é lá que os riscos e os ganhos em jogo são mais fabulosos”. (DOSSE, 2003, p. 221).

Houve, portanto, no país, um crescimento populacional excepcional ocasionado, em parte, pelas migrações de todas as partes da Europa, Lisboa transformou-se numa importante metrópole. Um primeiro censo, ordenado por D. João III entre 1527-32, apontou a existência de 1.000.000 a 1.500.000 “almas” em Portugal, o que representa uma densidade demográfica média de 12 a 18 habitantes por km², segundos dados fornecidos por Oliveira Marques (MARQUES, 2001, p. 154). Como consequência, nas grandes cidades desenvolveram-se o artesanato e as pequenas indústrias e no campo intensificou-se a produção de alimentos. A importação e a exportação cresceram grandemente, indo e vindo de várias partes da Europa, Ásia, África e toda a região do Mediterrâneo. O comércio interno desenvolveu-se, mormente nas grandes cidades, iniciando o que seria chamado de comércio nacional. Outras categorias desenvolvem-se em Portugal: os legistas – funcionários públicos, magistrados, advogados e conselheiros legais –; os cidadãos – os proprietários e mercadores, também conhecidos como burgueses –; os trabalhadores – aqueles que não possuíam terras, nem casas e ferramentas, eram os jornaleiros nos campos, operários contratados nas cidades, os servidores, os vendedores e vendedeiras, lavadeiras, etc. A busca do ouro fora da Europa foi outro motivador para o desenvolvimento da arte náutica e do espírito conquistador portugueses. Para Oliveira Marques,

Para o obter, duas vias se afiguravam possíveis: ou alcançar a posse de alguns entrepostos norte-africanos – o que explica, em parte, os ataques portugueses a Marrocos –, ou tentar um contacto direto com os povos a sul do Islam – o que explica, em parte também, as viagens portuguesas de descobrimento. Na verdade, nenhuma nação da Europa Ocidental se encontrava mais perto das jazidas auríferas do que a portuguesa (*ibidem*, p. 130).

O ouro, proveniente da costa africana, trouxe o progresso e o investimento necessários para uma estabilidade da moeda portuguesa e para assegurar ao país uma posição de negócios



bastante confortável. Enfim, Portugal viveu cem anos em plena ascensão, de 1450 a 1550, fazendo do reinado de D. João III (1521-57), avô de Sebastião, um período de estabilidade e fartura. Seu reinado costuma ser dividido, pelos historiadores, em duas fases. A primeira caracteriza-se pela visão renascentista do rei, sempre aberto ao pensamento inovador, às correntes internacionais e às artes – um verdadeiro humanista. A segunda, talvez em razão dos problemas de ordem econômica e política e das sucessivas mortes em família, inclusive de seus nove filhos, caracteriza-se por ter no rei um governante fanático, principalmente influenciado pela Companhia de Jesus, e curto de vistas, fazendo uma política cada vez mais fechada e restritiva. Foram estabelecidos em seu reinado a Inquisição, a política da Contrarreforma, a redução de despesas, o desinteresse pelas colônias, o fechamento de escolas e a redução de intercâmbio internacional em todas as áreas.

No entanto, a estabilidade conseguida no período que antecede e que inclui o reinado de D. João III começa a dar sinais de enfraquecimento. Os gastos da coroa para manter seu conforto e fartura e os investimentos nas descobertas – na ampliação da tecnologia, no aperfeiçoamento de pessoal e na guarda das possessões – eram excessivos, mesmo o aumento do comércio exterior e dos impostos internos não conseguiam cobrir as despesas cada vez maiores. Houve, igualmente, algumas crises econômicas importantes que afetaram Portugal, como as de 1545-52 e de 1571-78. Para Oliveira Marques,

75

Em números globais, a análise dos orçamentos do Estado revela o tremendo surto, tanto de receitas como de despesas até a década de 1620, prova evidente de expansão econômica e política. (...) Empréstimos em série, subsídios (pedidos) e padrões de juro foram coisa normal no País durante todo este período, e o seu quantitativo permite ficar com uma ideia dos problemas com que se debatia o tesouro. Havia ainda empréstimos que respeitavam aos concelhos (sobretudo Lisboa), aos comerciantes e até ao clero. (...) o Estado abriu falência pelo menos duas vezes, em 1560 e em 1605 (*ibidem*, p. 257).

D. Sebastião nasceu em Lisboa em 1554 e faleceu em Alcácer-Quibir em 1578, filho de D. João e de D. Joana de Áustria. Não chegou a conhecer o pai, homem de saúde muito frágil, que morre poucos dias antes de seu nascimento. Sucedeu D. João III, seu avô, aos três anos de idade. Por ser muito jovem, sua avó D. Catarina é nomeada regente do reino. No entanto, D. Catarina, por questões políticas, deixa a regência que vai ser ocupada pelo cardeal D. Henrique. Somente em 1568 será coroado rei. Seu reinado durará até 1578, quando desaparecerá na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, vítima do sultão Mulei Almelique, de



sucessivos erros próprios e do desgoverno geral. Seus 1800 homens morreram ou foram feitos prisioneiros pelos árabes, um desastre total, deixando Portugal praticamente sem grande parte da elite governamental e sem homens de armas. Foi sucedido por D. Henrique e posteriormente por Felipe II, da Espanha, o que ocasionou a perda de independência de Portugal que passa às mãos dos espanhóis.

Esta seria uma dentre as várias histórias de reinados perdidos e de reis mortos em batalhas não fossem certas circunstâncias que viriam, mais tarde, a fazer desse rei um mito e desse mito um modo tipicamente português de encarar a realidade.

A dinastia de Avis (com D. Sebastião encerra-se a dinastia), cujo primeiro rei foi João, mestre de Avis, mais tarde D. João I, filho bastardo de D. Pedro, sempre sonhou em conquistar terras africanas. Segundo o biógrafo António Cândido Franco, em **Vida de Sebastião – Rei de Portugal**, “a ideia do rei se pôr à frente de um exército que vai para Marrocos é extensiva a praticamente toda a dinastia de Avis, com exceção de Manuel II, que parece ainda projetou uma ida a Marrocos e, sobretudo, de João III” (FRANCO, 2003: p. 12). D. João I resolve, em 1412, conquistar o Marrocos e parte em direção a Ceuta, território africano. A conquista de Ceuta dar-se-á somente em 1415. D. João I, que levou consigo, nessa ocasião, os três filhos, resolve armá-los cavaleiros na mesquita dessa cidade, como sinal de vitória e de perpetuação do domínio das terras africanas pelos portugueses. Um dos filhos, o infante Henrique, sentindo-se atraído pela beleza do norte da África, insistentemente, perseguirá seu objetivo de conquista, a começar por Tânger. Em agosto de 1437, parte o infante acompanhado de seu irmão mais novo, Fernando, para sua aventura graças aos sete mil soldados fornecidos por D. Duarte, coroadado rei depois da morte do pai em 1433. São encurralados às portas de Tânger em outubro e, segundo o biógrafo,

obrigados a negociar a retirada. Só se retiram com a condição de entregarem posteriormente Ceuta, a pérola de 1415, ao sultão merinida de Fez. Para tanto deixam um refém de vulto ao governador árabe da cidade: o infante Fernando, filho mais novo de João I (*ibidem*).

Teimosamente, Henrique relutou em devolver Ceuta aos árabes e a conseqüência desse ato foi a morte de Fernando, seis anos depois. Este é apenas um exemplo na história de Portugal desse insaciável desejo de conquistar terras africanas. Outros seguirão os exemplos de D. João I e do Infante Henrique: os dois filhos de D. Duarte, Afonso V e Fernando, duque de Viseu e de Beja, e, naturalmente, D. Sebastião.



D. Sebastião ficou praticamente órfão ao nascer. João, seu pai, morre aos 16 anos de idade, vinte dias antes de seu nascimento, em primeiro de janeiro de 1554, de uma doença terrível, que na época foi diagnosticada como sendo a paixão hebética, que lhe provocava uma sede insaciável e febres altíssimas. João, o único sobrevivente homem de uma série de nove irmãos, filho de Catarina de Áustria e do rei de Portugal D. João III, desde a infância apresentou uma saúde muito frágil. Foi a outra sobrevivente Maria Manuela, que mais tarde se tornará esposa do primo espanhol Filipe. Após três meses do nascimento do filho, Joana, a pedido insistente do irmão, volta à Espanha, para substituí-lo e nunca mais verá o filho novamente. Joana é filha de Carlos V, irmão de Catarina de Áustria, e de Isabel de Portugal, irmã de João III. Como se pode constatar, João e Joana são quase irmãos, tal a proximidade de parentesco. Talvez por esse motivo tenha Sebastião nascido com certas deformações genéticas, tais como marcas no corpo e com um dedo a mais no pé direito. Alguns historiadores afirmam que a criança tinha saúde muito fraca. Segundo Oliveira Marques: “D. João III deixou, pois, como sucessor, uma criança débil de três anos de idade, cujas esperanças de vida não eram grandes. D. Sebastião revelou-se um doente, tanto física como mentalmente” (MARQUES, 2001: p. 280). Quanto aos defeitos físicos da criança, provavelmente provocados pela franca consanguinidade dos pais, muitas são as histórias a respeito deles, verídicas ou não. Seus defeitos são ocultos de todos, poucos veem o menino nu. Segundo Franco:

O defeito que tem no pé só é conhecido pelos mestres mais íntimos, pela ama e pelos familiares, o tio e a avó. Mais tarde, quando se voltará a falar dele é por intermédio da Companhia de Jesus, que o deve ter conhecido por Luís Gonçalves da Câmara, seu membro. O mesmo se passa com o defeito que Sebastião tem nas costas e até com aquele outro que os padres da Companhia chamarão reservadamente o seu sinal secreto, e que nada mais é que a surpreendente ambigüidade sexual a que Sebastião estava sujeito (FRANCO, 2003, p. 12).

Há também histórias surpreendentes, que se tornaram lendárias, sobre o seu nascimento. Segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa (BACELAAR, 1987, p. 76), uma cobra ter-se-ia enrolado ao pé do berço de Sebastião, justamente após seu nascimento à meia-noite. O mais estranho, no entanto, é o fato de que depois de morta e arremessada pela janela do palácio, no terreiro do Paço, a serpente jamais foi encontrada, mesmo após terem revistado minuciosamente o local ao amanhecer.



Sebastião passa para os braços da ama de leite e para os austeros cuidados da avó Catarina, nomeada regente do reino até o menino atingir a maioridade. A criação de D. Catarina além de austera, com respeito à educação do menino, é distante. O menino passa horas solitário, apenas acompanhado por eventuais professores e quase sempre dentro dos aposentos reais. É uma infância de solidão, estudos e passeios, também solitários, pelos jardins do castelo ou na casa de campo real em Sintra. Sua avó estaria mais preocupada com questões ligadas à Inquisição, com sua própria aparência e com reuniões sociais, quando recebia as damas da corte; talvez por isso, sua regência, iniciada em 1557, terminou, a seu pedido, cinco anos depois.

Tio-avô de Sebastião e cunhado de D. Catarina, o cardeal-arcebispo de Lisboa e inquisidor-mor Henrique, a substituirá até que o rei tenha condições de governos, isto é, aos 14 anos, em 1568. Enquanto permaneceu sob a tutoria de sua avó e depois sob a tutoria do cardeal Henrique, o jovem rei obtém uma formação extremamente religiosa. Seus tutores escolhem para ele, aos cinco anos de idade, os mestres jesuítas Luís Gonçalves da Câmara, que regressa de Roma, e seu irmão. Luís Câmara será mestre de História, Filosofia e Gramática.

78

Nessa mesma ocasião, são escolhidos também Amador Rebelo, professor de caligrafia e escrita, e Gaspar Maurício, que se ocupará dos filhos dos fidalgos. Aos oito anos de idade, o rapaz já é bastante desenvolto no falar e no pensar, os cronistas da época afirmam que ele parecia mesmo um prodígio. No entanto, mais uma vez, o pequeno rei parece um menino órfão. Sua avó, depois de deixar a regência, interna-se num convento, junto às monjas da Madre de Deus de Xabregas. O neto visita algumas vezes a avó que, no entanto, ainda se mantém distante dele.

Na pré-adolescência, por volta dos nove ou dez anos de idade, consequência dos exercícios que pratica, Sebastião desenvolve muito o físico. António Cândido Franco afirma que o jovem aparentava ter dezessete ou dezoito anos, pois praticava o remo, as touradas, nadava em mar aberto por várias horas, treinava cães para a caça, fazia muitos exercícios e longas caminhadas. O rapaz continua solitário como o fora na infância. Seus passeios agora são no Ribatejo, em Almeirim e Salvaterra de Magos. É por esses tempos que começam a correr em Lisboa e arredores histórias sobre as esquisitices do jovem rei. Também é por esses tempos que algumas histórias e lendas populares, que habitavam o imaginário português, começaram a ressurgir. Lendas, travestidas em histórias sobre a força do jovem, como cita António C. Franco:



Começam a correr em Lisboa as histórias mais inquietantes sobre a sua força física. Um dia dizem que uma lança que estava em Santarém desde o tempo da conquista da cidade aos Mouros e que ninguém conseguira mover sequer um centímetro foi levantada por ele com a mão direita e meneada com toda a facilidade (FRANCO, 2003, p. 67).

É clara a referência à célebre história de rei Artur que, quando jovem, consegue retirar a espada fincada em uma pedra, coisa que nenhum outro cavaleiro por mais forte e poderoso que fosse conseguira fazer até então. Desse episódio da lenda arturiana, é que mais tarde se soube que aquele jovem é predestinado a tomar as terras inglesas das mãos de intrusos indesejáveis e de conseguir a unificação dos feudos. Do mesmo modo como fez Artur, o rei mítico das novelas de cavalaria, assim também faria D. Sebastião, conquistando as terras africanas das mãos dos infiéis e as devolvendo aos cristãos. Em consequência da massificante educação jesuítica, o jovem rei acreditava-se predestinado, como Cristo o foi, a grandes conquistas para defender o império cristão. Segundo Franco:

Na adolescência, enquanto os outros meninos apareceram dispostos a render-se cada vez mais às conveniências e aos hábitos sociais, ele mostra-se cada vez mais interessado pelos princípios que os mestres lhe ensinaram em criança: conquistar a África conforme a exaltação das Cortes de 1562, imitar Jesus Cristo, ser justo e pai dos pobres (*ibidem*, p. 70).

Por esses tempos, começam a aparecer em D. Sebastião os primeiros sinais de uma estranha doença nos órgãos genitais que, no entanto, é mantida em segredo, mas provoca muita preocupação por parte da família real. Em 1566, sua mãe, mesmo distante em Espanha, preocupada com os estranhos sintomas da doença, pede ao doutor Almazan que o examine, porém, o doutor aponta para uma possível inflamação crônica da uretra, afastando, assim, a ideia de uma moléstia mais grave, que pudesse prejudicar o rapaz em qualquer de suas atividades – de rei e de homem.

Como fora decidido em 1562, em 1568, quando o rei completou 14 anos, o governo lhe foi passado em cerimônia realizada no palácio de Estaus, no Rossio. Durante os dez anos que antecederam Alcácer-Quibir, o rei fez muitas viagens pelo país, sempre acompanhado de nobres seus contemporâneos. Sua preferência era pelo Alentejo, e a cidade mais visitada fora Évora, cuja universidade freqüentou em várias ocasiões. O sul do país também o fascinava, a região de Algarve, cheia de sol e de mestiços vendendo todo tipo de objetos, era-lhe sumamente interessante. A semelhança que existe entre as terras do sul de Portugal e o norte



de África, acrescidas de exotismo da paisagem e estranheza de costumes, acentua esse desejo de possuir as terras dominadas pelos árabes a qualquer custo. Ao mesmo tempo em que faz essas longas viagens pelo país, Sebastião exercita-se e pratica touradas com muita frequência.

No entanto, são percebidas alterações em seu comportamento. Das atitudes estranhas que tomou, a mais intrigante foi sua visita aos túmulos de antigos reis de sua dinastia. Ocorre que, a cada túmulo visitado, um cerimonial macabro se repetia. As sepulturas eram impreterivelmente abertas e o jovem rei e a fidalguia, para o espanto dos monges que presenciavam a cena, faziam discursos em homenagem aos ilustres defuntos. Segundo António Cândido Franco:

Abriu primeiro a tampa do túmulo de Afonso II, que morrera havia quase 350 anos. Abriu depois a tampa do túmulo de Afonso III e ficou surpreendido com a estatura pouco comum de seu corpo. Elogiou-lhe a política, a conquista do Algarve e quis pegar-lhe na mão. Os frades estavam cada vez mais estupefactos com aquele diálogo com os mortos. Depois mandou abrir os túmulos de Urraca, filha de Afonso VIII de Castela e mulher de Afonso II de Portugal. Contemplou-a e elogiou-a depois. (...) Finalmente quis abrir o túmulo do rei Pedro, mas os frades disseram-lhe que só com prejuízo dos trabalhos esculpidos se poderia arredar a tampa do túmulo (*ibidem*, p. 76).

80

Essa atitude diante dos mortos, além de desrespeitosa, revela morbidez profunda e surpreendente. Alguma deficiência lhe ocorreu para que se sentisse mais à vontade entre mortos do que entre mulheres, as quais nem conseguia olhar diretamente. Em 1570, segundo o biógrafo, essa estranha fixação pelos mortos levá-lo-á à Batalha a fim de abrir o túmulo de João II. Não satisfeito com a profanação da sepultura, Sebastião, impressionado com o estado do corpo, abraçou-se a ele, colocou-o de pé ancorado numa parede e, exultante de prazer, pediu a um dos nobres que o acompanhavam nessa ocasião para beijar as mãos do cadáver enterrado há 65 anos. Sebastião beijou as mãos de João II com muita reverência, proferindo a seguir um discurso de encômio às qualidades do finado rei. Esses excessos espantosos vão marcar a vida do rei que, de várias maneiras, demonstra gostos excêntricos, atitudes desarrazoadas que culminarão na infeliz batalha no norte de África.

O desejo pela conquista de África começa a ser demonstrado pelas viagens que faz a Ceuta e Tânger no Marrocos. Em 24 de agosto de 1574, chega Sebastião a Ceuta, onde fica por um mês aproximadamente. Em setembro, a esquadra do rei parte para Tânger onde o rei permanece por algum tempo. Quando retorna a Portugal, já começa a arquitetar um plano para tomar Marrocos com ou sem a concordância do tio e da avó. Assim como ocorrera com



outros reis pretéritos portugueses, Sebastião possui uma vontade incontável, um desejo de pedra. É com vista a essa empresa que Sebastião envia Pedro de Alcáçova Carneiro a Madri com duas missões. A primeira, propor uma intervenção conjunta em Marrocos e a segunda, tratar o casamento de Sebastião com Isabel Clara Eugênia, filha de Filipe II da Espanha. A expedição foi também financiada pelos cristãos-novos, fato que justifica, enfim, a simpatia que Sebastião tinha por eles, algo que seu tio e sua avó nunca entenderam. Segundo António Cândido Franco, o financiamento da expedição levou o inquisidor-mor de Castela a escrever uma carta ao embaixador de Espanha em Portugal, João da Silva, recriminando severamente D. Sebastião (*ibidem*, p. 148).

Não é de estranhar o fato de ser da responsabilidade de um cristão-novo, João de Castro, que, aliás, conheceu o rei e participou com ele de algumas reuniões na Universidade de Évora, a perpetuação do mito sebástico em Portugal.

A expedição de Sebastião parte para a África, depois de longo recrutamento de soldados pelo país. Não houve nenhum treinamento com esses jovens que pouco sabiam sobre armas e guerras. Cerca de 15 mil soldados, na sua maioria portugueses, uniram-se a Sebastião nessa audaciosa empreitada. Alguns aventureiros provenientes de outras nações também se uniram ao rei, principalmente vindos da Andaluzia e de Castela; outros, em menor número, da Itália, da Alemanha, da Holanda e até mesmo de Marrocos, chefiados por Mulei Mohamed, aliado de Sebastião. Além do exército propriamente dito, acompanham a expedição mulheres, crianças, serviçais, abridores de valas, raspadores, frades, pajens, músicos, meirinhos, carregadores, alcaides e o poeta Diogo Bernardes. A maior parte dos jovens nobres de Portugal partiu com essa expedição para o Norte de África, confiantes na vitória e devotos ao rei. A partida deu-se em 24 de junho de 1578. Essa confiança no rei Sebastião, porém, vai sofrer dois abalos já em solo africano. O primeiro, por parte de Fernando de Noronha, que sugeriu a prisão do rei antes da derrota inevitável. O segundo, por parte de Rodrigo Lobo, barão de Alvito, que, ao tomar conhecimento do tamanho do exército inimigo, pediu a prisão do rei para que uma tragédia fosse evitada. Ambos foram ignorados.

Pelo que se sabe, o corpo sem vida de D. Sebastião foi entregue ao rei Filipe de Espanha, que o mandou enterrar nos Jerônimos, onde permanece até hoje. Ninguém o viu antes de ser enterrado, ninguém reconheceu o cadáver. A atmosfera de mistério, propositada ou não, acabou criando um mito, ou melhor, a partir da ideia messiânica, muito comum em culturas secularizadas, revestiu-se D. Sebastião e sua história de uma aura mítica. Com o reforço daqueles que, desde o episódio das trovas de Bandarra, queriam ardorosamente um



herói nacional, o mito perpetuou-se e deixou rastros em toda a cultura portuguesa, principalmente, na literatura. Após um breve interregno, no qual o cardeal D. Henrique, tio de Sebastião, tenta governar um país sem rumo, a coroa portuguesa passa para as mãos de Filipe II, da Espanha. O rei espanhol nomeia Cristóvão de Moura para o representar em Portugal. Cristóvão de Moura é um nobre português que, como parte da nobreza do país, prefere ficar do lado castelhano.

Uma figura deve ser lembrada, a de D. João de Castro. Ferrenho sebastianista até a morte, com 73 anos, ele foi grande defensor da ideia de que D. Sebastião não morrera na batalha de Alcácer-Quibir. No período subsequente à morte do rei, pseudo Sebastiaões surgiram em Portugal, passando a reivindicar a coroa: o primeiro, conhecido como Rei de Penamacor, surgiu em Alcobaça em 1584; o segundo, Mateus Álvares, o Rei da Ericeira; o terceiro foi Gabriel de Espinosa, um pasteleiro de Castela e o quarto, Marco Túlio Catizone aparece em Veneza em 1598, então, bastante defendido por D. João de Castro. Uns foram condenados à morte e outros, trancafiados ou enviados para as galés. Vale a pena lembrar também a figura de D. Antônio, o prior do Crato que, sem se apresentar como D. Sebastião, assim mesmo reivindicava a coroa, dizendo-se descendente da família real.

82

O sebastianismo, circunstanciado pela morte do rei, foi fomentado, muito antes, pelas profecias de um sapateiro chamado Gonçalo Annes, porém conhecido como Bandarra. Suas trovas, que datam de 1510 a 1540, cantam a vinda de um rei-salvador que resgatará seu povo do sofrimento e do desespero. Esse rei-salvador fundará o Quinto Império que dominará o mundo. Conhecemos muito pouco da história de Bandarra, que, aliás, consta dos autos de um processo da Inquisição, ainda no governo de D. João III. Hoje se sabe que ele não era um homem humilde e semianalfabeto, como naquela época se pensou. Ao contrário, sabia ler e escrever; conhecia, igualmente, o Velho e o Novo Testamentos quase de cor. E era um homem de posses, segundo revelaram pesquisas mais recentes. Suas trovas proféticas, sem nenhum valor literário, são carregadas de influência bíblica proveniente de seus conhecimentos e de um colaborador e amigo.

O sebastianismo pode ser considerado um tipo de messianismo que costuma se desenvolver em sociedades sacrais, religiosas. Do ponto de vista de Eduardo Lourenço, “o sebastianismo, aquilo que nele se encarna, tem uma estrutura mais ampla e reiterada em tempos e lugares diversos que a do nosso sebastianismo histórico” (LOURENÇO, 2001: p. 134). Geralmente, manifesta-se como a crença de um povo em um Deus ou enviado de Deus que o livrará de uma situação de opressão. Comum a nós ocidentais, o messianismo cristão



tem origem na Bíblia, uma vez que a palavra Messias é oriunda do Velho Testamento e significa “ungido”. A partir do século I a.C., passou a designar o salvador, aquele esperado e prometido a um povo eleito. Durante a Idade Média, o messianismo foi associado ao termo joaquimismo, de Joaquim de Fiore (1135-1202). O abade calabrês dividia a história em três fases ou estados: o do Pai, o do Filho e o do Espírito Santo. A divisão da história nos três estados e, destes, em sete idades cada um, marca a doutrina joaquimina. Para Joaquim de Fiore a história escatologicamente teria dois fins – um situado no além e outro, dentro do tempo histórico; portanto, para ele, a História adquire importância ainda na Idade Média. Despida de caráter científico, a História admitia previsões e os profetas tinham papel de peso no seu contexto. E, no final de Idade Média, vaticínios e profecias existiam em profusão. Segundo José van den Besselaar, em **O sebastianismo – história sumária**: “vários destes vaticínios, não raro, entraram bastante deformados nas profecias sebásticas” (BESSELAAR, 1987: p. 24).

83

As profecias medievais encontram solo fértil em Portugal que, após a morte de um rei sem descendentes, e por força de um movimento inconsciente das massas populares – de certo modo, desorientadas – as adota incondicionalmente. Já no reinado de D. Sebastião, tais profecias tinham muito vigor, a ponto de influenciar fortemente o jovem rei. São dois os principais fatores, na evolução da sociedade portuguesa no crepúsculo da Idade Média, que talvez expliquem a influência do messianismo sobre D. Sebastião: em primeiro lugar, a sua rigorosa educação jesuítica que o fez crer-se um ser predestinado, um enviado de Deus, o que podemos comprovar por meio de seus atos, ou seja, a total submissão aos ditames da Igreja e sua propalada humildade diante dos pobres, principalmente demonstrada em dias santos, por exemplo, ou mesmo, a vontade férrea de libertar os “infieis” do pecado e convertê-los à fé cristã. Em segundo, os ideais medievais que lhe foram inculcados desde criança. A história portuguesa é repleta de cronistas que procuraram equiparar feitos heróicos aos míticos da **Demanda do Santo Graal**. Um exemplo é o de Fernão Lopes, que, em muitas crônicas, faz comparações e até citações da novela medieval, comparando os guerreiros portugueses aos personagens da novela cavaleiresca. Assim, por exemplo, alguns heróis históricos têm suas vidas transformadas em lendas, como é o caso de Nun’Álvares, o Galaaz lusitano. D. Sebastião tem como modelo a figura do cavaleiro andante medieval trajando a armadura e lutando, como um Quixote, contra o demônio árabe. Para Besselaar:

Desde a segunda metade do século XVI o país já não participava na evolução cultural e intelectual europeia e teimava em ficar encerrado num ‘mundo encantado’. O racionalismo, que estava a criar uma Europa



diferente, não afetava profundamente a consciência portuguesa. Na filosofia e na teologia predominava o epigonismo escolástico, sem o espírito inovador dos grandes mestres que fundaram a escola. Na Historiografia não se tomava conhecimento das novas ideias descobertas pela crítica histórica. (...) E assim poderíamos continuar a enumeração dos atrasos culturais (*ibidem*, p. 26).

Para Oliveira Martins, o sebastianismo seria fruto da miscigenação de três raças que resultariam no povo português: o celta, o galego e o turdetano (MARTINS, 1978, p. 63). Da raça celta se originaria o ideal messiânico e daí o sebastianismo. Por outro lado, essa ideia é ferozmente combatida por António Sérgio em seu texto “Interpretação não romântica do sebastianismo”. Para ele, o ideal sebastico teria sido herdado do convívio com cristãos-novos e da confluência de fatos, de uma coincidência histórica e, de certo modo, de uma identificação fortuita entre as condições psíquicas do povo judeu e do povo português: “O ambiente psíquico do Português tornou-se idêntico ao dos Judeus, e dessa semelhança social-mental sai a reprodução, entre nós, do messianismo israelita” (SÉRGIO, 1978, p. 93).

Também para António Sérgio, o sebastianismo serviria como desculpa, ou muleta, a um povo sem iniciativa e carente de *self-government*, uma vez que essas ideias retornam ao contexto a cada crise, em momentos de decadência. Na verdade, envolvidos com essas ideias messiânicas, falta ao rei e a seus conselheiros a visão extra da realidade de seu tempo, ao não perceberem transformações econômicas que ocorrem na Europa e não acompanharem os rumos das importações e exportações, enfim, em outras palavras, as necessidades do mercado. Portanto, Portugal, nos anos de governo sebastianista, vira as costas ao mundo, como se fosse uma nação soberana e absoluta, não admitindo rivais ou concorrentes, o que na área econômica significa um suicídio.

O surgimento do sebastianismo seria explicado, portanto, por três fatores, segundo Besselaar: o primeiro, o fato de Portugal ser uma sociedade sacral, impregnada de religiosidade em todos os setores da vida; em segundo, seria o chamado por Oliveira Martins de substrato celta, que parece associar rei Arthur a D. Sebastião, e o terceiro, proporcionado pela história portuguesa frustrada, na qual as esperanças de um futuro de pujança são alimentadas por um passado de glória, ficando o presente representado por um momento expectante e inerte, próprio de culturas messiânicas.

O evangelho sebastianista e sua expansão na Literatura Portuguesa



O evangelho sebastianista compõe-se de cartapácios, ou seja, de coleções de profecias algumas bíblicas, outras não canônicas, que eram agrupadas em grossos volumes, como no **Jardim Ameno** e no **Catálogo das Profecias** e outros volumes menores, na maioria, apócrifos. Naturalmente, a interpretação dada pelos sebastianistas tenderá à mudança do caráter originário do texto.¹

Alterações interpretativas ou do conteúdo dos textos, tanto das profecias como das trovas de Bandarra, foram comuns durante a evolução do sebastianismo. Aliás, a começar de D. João de Castro e passando por todos os sebastianistas conhecidos até o século XIX, todos eles utilizaram-se do evangelho sebástico para fins políticos e ideológicos, moldando-os de acordo com as necessidades vigentes. Como aconteceu na época da Restauração. No final de 1640, o que se lia nas estrofes 87 e 88 das trovas de Bandarra era que um jovem infante tomaria o poder, vencida a luta contra a “Grifa parideira, lagomeira, que tais prados tem gostado”, ou seja, a Espanha, vista como um monstro desmedido que não se satisfazia em pastos próprios, ficando sempre a desejar o pasto alheio – Portugal. O jovem infante, não mais Sebastião, teria como nome D. João, resultante da troca da palavra Foão, do texto editado por D. João de Castro, para João, na nova versão. Realmente é D. João, filho do Duque de Bragança, que garantirá a independência de Portugal. A História vai mostrar os altos e baixos da onda messiânica, de acordo com os altos e baixos da sociedade portuguesa. Nos momentos de depressão e desencanto, D. Sebastião ressuscita miraculosamente.

85

No século XVII, Vieira, de certo modo, recupera o sebastianismo, dedicando ao Desejado (identificado à figura de D. João IV) alguns textos como, por exemplo, “O Sermão de S. Sebastião” e o “Sermão dos Bons Anos”, no primeiro, Vieira exalta as qualidades de quem sofre e espera resignadamente a vinda de um reino de bem-aventurança, o reino do Encoberto. São Sebastião também teria sido dado por morto pelos algozes do tirano imperador Diocleciano que o supliciaram e, no entanto, enganaram-se. Ele foi encontrado, socorrido e teria vivido alguns anos defendendo a palavra divina antes de ser condenado e finalmente morto. O texto, bem ao estilo de Vieira, deixa margem para uma outra interpretação, aliás, messiânica. Assim como o outro, o Encoberto teria morrido apenas aos olhos dos incrédulos e néscios. O “Sermão dos Bons Anos” defende a ideia de que D. João IV era a encarnação do rei-mito e que fundaria o Quinto Império tão desejado. Entretanto, o texto que causou maior discussão e, para infelicidade de seu autor, um processo da Inquisição

¹ Ver mais informações a respeito na obra de José van de Besselaar já citada.



foi a chamada carta “Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo”, de 29 de abril de 1659. Nela, o autor declara que Bandarra fora um verdadeiro profeta e que fora mal interpretado em sua época. Posteriormente, Vieira,

reunindo numa só visão as profecias do sapateiro Bandarra, êmulo de Nostradamus, as esperanças no regresso de D. Sebastião, refundador não só do reino perdido, mas de um novo reino, erguerá a sua utopia de um Quinto Império (LOURENÇO, 2001, p. 22).

Em verdade, D. João IV era o verdadeiro Encoberto que, enfim, fundaria o Quinto Império: “O Bandarra é verdadeiro profeta. O Bandarra profetizou que el-Rei D. João IV há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando. Logo, el-Rei D. João IV há-de ressuscitar” (BESSELAAR, 1987: p. 117). Aos olhos do temível Tribunal da Inquisição, o texto era herético e repleto de hebraísmo e bandarrismo, o que lhe custou o recolhimento, sob a custódia do Santo Ofício, em Coimbra. Seu texto suscitou muitos outros textos, nos quais, uns o defendiam, outros o atacavam.

No século XVIII, devido à insatisfação geral causada pelo governo esbanjador de D. João V, uma outra onda sebastianista tem vez em Portugal, agora com novas trovas de Bandarra recém-descobertas. Os manuscritos, escritos em pergaminho e divididos em dois segmentos – o “Segundo e o Terceiro Corpos” –, teriam sido encontrados por ocasião de reparos feitos na parede da capela-mor da igreja de São Pedro da Vila de Trancoso, em 1729. O “Segundo Corpo” compõe-se de 25 quadras, que, para os sebastianistas, contudo, não oferece muito material para discussão. O “Terceiro Corpo” compõe-se de 37 quadras, divididas entre uma introdução e seus “sonhos”. O “Terceiro Corpo” é um texto mais estudado e discutido, pois os especialistas, apesar de reconhecerem que o material é falsificado, vêem nele um rico material sebastianista. Muito provavelmente essas novas trovas tenham sido falsificadas por alguém que conhecia muito bem as originais. No entanto, os documentos causaram o êxtase dos sebastianistas, que nunca lhe discutiram a autenticidade. Nelas podem ser lidas críticas ao governo esbanjador do rei, à construção do convento-palácio de Mafra e a outros fatos muito próprios do contexto histórico, que reforçam as suspeitas de fraude. Em 1815 saíram impressas as “Trovas inéditas de Bandarra, natural da Vila de Trancoso, que existiam em poder de Pacheco contemporâneo de Bandarra e que se lhe acharam depois de sua morte”.



Estudiosos consideram essas trovas moralistas e carregadas de patriotismo, pensam até que a última parte terá sido composta num período muito posterior ao reinado de D. João V. O sebastianismo, com o passar do tempo, vai se tornando independente da figura do rei D. Sebastião, para se transformar numa ideologia. Conforme o pensamento de Eduardo Lourenço, em consequência do sebastianismo, Portugal teria ficado apenas com um “presente virtual”, em virtude de seu passado glorioso estar morto e seu futuro ser apenas onírico. Com isso, num primeiro momento, há uma negação da realidade, a da morte do rei, da perda de independência e, conseqüentemente de identidade; “num segundo momento, mais positivo”, segundo Eduardo Lourenço, há a afirmação da existência

não só histórica, como imortal, e da sua missão transcendente na história como povo messiânico. É o messianismo intrínseco da cultura portuguesa, tal como os seus poetas, os seus teólogos, os seus mitólogos, os seus cronistas, de Fernão Lopes a João de Barros, com insistência, o apregoaram e que dá corpo ao sebastianismo, e não a mera nostalgia mais ou menos interessada pelo Desejado (LOURENÇO, 2001, p. 19-20).

87

Combatido por uns e defendidos por outros, o fato é que ele acompanhou a História portuguesa alternando períodos de exaltação com períodos de esquecimento, até o século XIX quando, segundo Besselaar, dá-se a sua morte. Os últimos manifestos sebásticos serão proporcionados pela invasão francesa. Para Besselaar “os escritos da última fase já não revelam o espírito polêmico e combatente das gerações passadas, antes tudo neles respira serenidade e recolhimento, com pouquíssimas exceções” (BESSELAAR, 1987, p. 161).

No campo da Literatura, ainda no século XIX, o sebastianismo tem sua presença mais marcante em autores como Garrett e Eça de Queirós. Na peça do autor romântico, **Frei Luís de Sousa**, o romeiro, que, na verdade, é D. João de Portugal, tido como morto e que retorna de Alcácer-Quibir, pode ser uma representação simbólica de D. Sebastião, vindo de entre os mortos e assombrando Portugal:

ROMEIRO: São vinte anos de cativo e miséria, de saudades, de ânsias que por aqui passaram. Para a cabeça bastou uma noite como a que veio depois da batalha de Alcácer; a barba, acabaram de a curar o sol da Palestina e as águas do Jordão (GARRETT, 1993, p. 108).

Eça de Queirós, em *A Cidade e as Serras*, resgatará o mito com uma referência simbólica a D. Sebastião, no sentido de que, de certo modo, ele o identifica ao Jacinto que, livre dos



valores da civilização, retorna a Portugal, onde se reencontrará e recuperará os valores naturais, como o Desejado. Tal resgate surge no final do livro, quando um velho senhor da serra, o tio João, acredita que ele “era El-Rei D. Sebastião, que voltara” (QUEIRÓS, s.d.: p. 109). A ideia de que o herói da narrativa seria a reencarnação do rei serve para o narrador, o Zé Fernandes, tecer considerações sobre o fenômeno do sebastianismo, interpretando-o como algo inerente à alma portuguesa:

E Jacinto pasmava de que ainda houvesse no reino um sebastianista.
– Todos somos ainda em Portugal, Jacinto! Na serra ou na cidade cada um espera o seu D. Sebastião. Até a loteria da Misericórdia é uma forma de sebastianismo. Eu todas as manhãs, mesmo sem ser de nevoeiro, espreito, a ver se chega o meu. Ou antes, a minha, porque eu espero uma D. Sebastiana... E tu, felizardo? (*ibidem*, p. 120).

Muito mais na literatura do que em qualquer outra manifestação social ou política, o sebastianismo reaparecerá em pleno século XX, mais notadamente, em Fernando Pessoa, em José Régio, em Natália Correa, em Agustina e nos contemporâneos Lobo Antunes e Almeida Faria.

88

Fernando Pessoa dá especial destaque a D. Sebastião em **Mensagem**, publicado em 1934. Projetado em três partes – “Brasão”, “Mar Português” e “O Encoberto” –, o poema tem uma evidente estrutura dialética, supondo uma tese, uma antítese e uma síntese. A tese é representada pela potência sem o ato (*bellum sine bello*, ou seja, guerreiro sem guerra); a antítese representada pela ação (*possessio maris*, ou seja, posse dos mares) e a síntese representada pelo sonho do Quinto Império. A figura de D. Sebastião comparece na primeira parte numa das quinas que compõem o brasão lusitano, mais especificamente, a quinta. Nesse poema, D. Sebastião, “de um lado, representa o apogeu, a quinta-essência da alma portuguesa, o seu ‘sangue’ verdadeiro; de outro, é o protagonista da derrota” (MOISÉS, 1989: p. XXV-XXVI). O duplo sentido dado à ação de D. Sebastião – ao ver de Carlos Felipe Moisés – remete ao duplo sentido dado à loucura do rei pelo próprio Fernando Pessoa:

Quinta / D. Sebastião, Rei de Portugal

Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Qual a sorte a não dá.
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.



Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria? (PESSOA, 1972, p. 75-76)

A loucura é entendida como o motor do sonho visionário, como o motor da ânsia de grandeza e, por isso, mesmo que o rei morra, devido a seu ato tresloucado, a morte deixa de ser um limite; no instante em que o que fica no “areal” é apenas o invólucro carnal, disfarce de seu ser verdadeiro e essencial, “o que há”. Dentre as figuras da primeira parte, D. Sebastião, ainda que representando a potência sem o ato, pois será derrotado em Alcácer-Quibir, simbolizará o sonho sem fim da alma portuguesa.

Na segunda parte, D. Sebastião comparecerá no poema de número nove, “A Última Nau”, parecendo, com isso, encerrar o ciclo das grandes navegações: “Não voltou mais. A que ilha indescoberta/Aportou? Voltará da sorte incerta/Que teve?” (IBIDEM, p. 82). Observe-se a referência à imagem da “ilha indescoberta” que implica um ato de vontade não realizado; daí que a voz lírica do poema use de interrogações, como a trabalhar com as incertezas do destino de D. Sebastião, aventado nos versos abaixo, quando há a menção ao mistério da “hora”: “Não sei a hora, mas sei que há a hora”.

Na terceira parte, a sombra de D. Sebastião parece cobrir de vez o poema, como se a dialética cumprisse o seu percurso circular, apontando para uma espécie de futuro do passado:

a consecução do destino glorioso de Portugal deverá necessariamente implicar a volta ao passado, a fim de que se recupere aquela grandeza mal anunciada em D. Sebastião e imediatamente perdida: o sebastianismo, também, remete para um ponto de chegada que é um ponto de partida. (MOISÉS, 1989, p. XXVI)

Decorre disso, a rigorosa organização da terceira parte, dividida em três segmentos – “Símbolos”, “Os Avisos” e “Os Tempos”. O primeiro deles contempla a figura do rei e os símbolos, as simbolizações e o espaço mágico a ser ocupado por D. Sebastião. No segundo, comparecem os profetas do sebastianismo, Bandarra e Vieira, no passado, e o próprio Pessoa na modernidade:

Quando virás, ó Encoberto,
Sonho das eras português,



Tornar-me mais que o sopro incerto
De um grande anseio que Deus fez? (*ibidem*, p. 87)

No terceiro, cumpre-se a viagem esotérica para “chamar Aquele que está dormindo/E foi outrora Senhor do Mar”, pois, como Portugal, nos dias de hoje, é “nevoeiro”, é chegada a “Hora” de o país cumprir seu destino maior. Desse modo, verifica-se que “Mensagem”, mais do que um poema épico, como foram **Os Lusíadas**, configura-se como uma voz que tenta resgatar a grandeza espiritual do país, porquanto Fernando Pessoa “recondiciona o idioma para um encontro esotérico com a pátria. Não com a pátria atual dos homens e das coisas presentes, mas com a Pátria oculta, com a Pátria eterna, a do ‘Encoberto’” (KUJAWSKI, 1979: p. 30). Mas, se nos fiarmos no pensamento de Eduardo Lourenço, podemos ver D. Sebastião como uma espécie de alter-ego ou, melhor ainda, um heterônimo de Fernando Pessoa, na medida em que a sua voz, seus ideais, manifestam os valores espirituais abraçados pelo autor de “Mensagem”:

esse D. Sebastião-Pessoa não anuncia mais que um império cultural sem imperialismo de culturas nem de verdades, mero espaço da absoluta liberdade de cultivar as múltiplas e inconciliáveis ‘verdades’, que, na ausência definitiva de Deus, nos servem de simulacros plausíveis e implausíveis do verdadeiro (LOURENÇO, 2001, p. 141-142).

José Régio é autor do drama **El-Rei Sebastião**. Um dos fundadores do Presencismo, já no prefácio, expõe suas ideias s em relação à obra de arte, bem conhecidas e discutidas em livros anteriores:

Duas condições me aparecem como essenciais para que uma obra de arte alcance tal nível: a sinceridade profunda, involuntária, da sua concepção; a superioridade, nem que relativa, da sua realização ou forma. Desde que uma obra seja manifestação de uma personalidade possuidora de correspondentes dons de expressão, - sem dúvida poderá ser também encarada do ponto de vista da sua nacionalidade (RÉGIO, 1978, p. IX-X).

Chama-nos a atenção, sobretudo, a questão do nacionalismo, pois a peça é realmente um apelo à reflexão do Portugal de ontem e de hoje, o que a torna verdadeiramente nacionalista. A obra retoma os momentos decisivos de D. Sebastião, anteriormente à sua partida para Ceuta e ao enfrentamento do Conselho. Recusando-se a ouvir os sábios conselheiros, que tentam dissuadi-lo da aventura e, influenciado pela figura estranha de um



“sapateiro santo” que, por ouvir vozes e, tendo sonhado com um rei que morre em batalha e se torna um mito², ele decide-se por esse destino fatal e se entrega à louca empreitada. Acreditamos que o Sebastião de José Régio, mesmo sabendo que vai morrer (ou por causa mesmo de sua morte), enfrenta seu destino, porque deseja transformar-se no mito, ou ainda, prefere assumir a “desrazão” e encarnar toda a sua loucura. O autor de “Cântico Negro”, seguindo os passos de Fernando Pessoa que, em “Mensagem”, faz o elogio da loucura, de certa maneira, reafirma o programa do movimento presencista, ao afirmar a força do instinto primário, da natureza humana sobre a razão.

A peça teatral de Natália Correia, **O Encoberto**, de 1969 discute as razões do messianismo português, explorando o surgimento dos falsos Sebastiaões, logo após a tragédia de Alcácer-Quibir. D. João de Castro, eterno defensor da ideia de que D. Sebastião não morreria, vai ao encontro de um grupo mambembe de teatro, pois um dos componentes do grupo parece-se muito com o rei desaparecido. Contudo, o ator depois é preso por se fazer passar pelo rei e morto. No final da peça, há um salto temporal, e a ação se desloca para a modernidade, quando um grupo de pessoas, espera a vinda de discos voadores, trazendo de volta D. Sebastião. O texto de Natália Correia, no fundo, é uma crítica irônica à alienação do povo português que, incapaz de tomar atitudes, está sempre a sonhar com o retorno do rei, que será a solução para todos seus problemas.

91

O romance de Agustina Bessa-Luís, **O Mosteiro**, de 1995, contempla a sociedade da burguesia rural, tema recorrente na autora. A personagem Belchior, separado da mulher, passa a viver com as tias e começa a relembrar os fatos de sua vida. Ao mesmo tempo, por inspiração de um mosteiro, perto de sua casa, onde D. Sebastião teria estado, começa a escrever a história do rei e de seu reinado até o desastre em Alcácer-Quibir. Pesquisando na biblioteca do convento, colhe material bibliográfico, conversa com os monges e, assim, tem não só oportunidade de recuperar uma época histórica, os fatos épicos, que lhe servirão de contraponto para o presente, como também de resgatar a própria história de vida, destruída pelo casamento falhado.

O D. Sebastião que comparece no romance de Lobo Antunes, **As Naus**, é apenas um espectro, um fantasma, ou se se quiser, a projeção, os sonhos das personagens que parecem não ter encontrado o norte para suas vidas desgarradas. Como vimos, o autor leva, nesse livro,

² A ideia de que ela se torna um mito pode se verificar, de maneira muito clara, no seguinte fragmento de *El-rei Sebastião*: “numa ilha ignota é que ele agora vivia, o Encoberto e o Desejado de sempre. E um dia viria, numa alvorada de névoa, resgatar o seu Reino da pobreza e da vergonha” (RÉGIO, 1978, p. 177).



a criação paródica ao extremo, pois transforma os navegantes, exploradores, reis, santos do passado em pobres “retornados” (como eram conhecidos os colonos que retornavam de África, depois do 25 de abril), sem eira, nem beira. Dando remate ao romance, Lobo Antunes coloca-os num sanatório para tuberculosos, onde ficarão à espera do Desejado:

O homem de nome Luís já levava escrito um terço do poema na tarde de setembro em que o míope caviloso, após uma hora de prudentes círculos de abutre, lhe puxou a manga do pijama e o convidou a presenciar na Ericieira, na primeira semana de outubro, o desembarque do rei:

- D. Sebastião aparece das ondas num cavalo branco, assobiou ele depositando uma rosa no seu frasco.

O poeta imaginou uma horda de tísicos em uniforme hospitalar, acorados na neblina das dunas, à espera de um monarca risível que se elevaria das águas na companhia do seu exército vencido (ANTUNES, 1990, p. 240).

O tom carnavalesco do romance é que permitirá ao autor mostrar o mundo às avessas, subvertendo valores e mitos e terminando a narrativa com uma nota cheia de desesperança, quando o bando de doentes deparará na areia da praia, afinal, em vez do tão esperado rei, tão só com

92

um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer-Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tanger ao pescoço (...) e “os relinchos de um cavalo impossível (*ibidem*, p. 247).

Contudo, dentre todas essas obras, talvez a mais importante que contemplou D. Sebastião e o sebastianismo, salienta-se a de Almeida Faria, pelo fato de ele dar um destaque todo especial à figura do rei, de certa maneira, trazendo-o de volta à vida, em pleno século XX, na pele do anti-herói Sebastião Correia de Castro. Além de ter como personagem central o rei D. Sebastião, **O Conquistador** chama a atenção pelo modo como manipula o mito e suas conseqüências na História, na cultura e na sociedade portuguesa. A abordagem que Almeida Faria faz da personagem histórica é bastante singular e bem diversa daquela dos outros autores, no sentido de ele promover um resgate do mito sebastiano, promovendo uma reconciliação entre o passado e o presente, mas sem perder de vista que tanto o mito, entendido como sucedâneo da realidade, quanto o peso do passado histórico constituem plenos obstáculos para a efetiva afirmação da coletividade. Romance paródico, nele, o autor revisita a personagem mítica, fazendo-o de certo modo ressuscitar no presente na figura de Sebastião Correia de Castro. Contudo, ao contrário do seu homônimo, o jovem aqui desdenha



as artes guerreira e entrega-se à prática amorosa, empenhando-se em satisfazer os anseios das mulheres solitárias e insatisfeitas. Nesse sentido, em vez de viver sob o signo de marte, deus da Guerra, pretende viver sob o signo de Vênus, a deusa do amor. Contudo, a prática ostensiva do amor esbarra num belicoso sentimento da tradição nacional, já entrevisto no confronto que o herói estabelece entre si e seu homônimo histórico, o rei D. Sebastião, identificado coma a imagem do guerreiro:

Li que Ulisses, há oito anos de serviço cívico ao leito de Calipso, ansiava por deixar a ilha de Ogígia e regressar à condenada condição mortal que o aguardava em Ítaca. Fiquei furioso: achei o cúmulo que alguém preferisse a decadência física às intermináveis delícias da ninfa e da ilha. Que bestice! Seria crível que um herói, conceituado após uma década de passatempos bélicos, se fartasse dos menos trabalhosos feitos eróticos? Nunca gramei guerreiros. Desde então detestei-os (ALMEIDA FARIA, 1990, p. p. 69).

93

Ao trabalhar com o passado e com uma figura tão emblemática quanto D. Sebastião, Almeida Faria, contudo, não cai no erro simplório de enaltecer o sebastianismo e, muito menos, de fazer uma crítica grosseira ao mito. Ao afirmar fundamental tendência pós-modernista, o autor, ao contrário dos modernistas iconoclastas de primeira hora, os *marinettis* que desejavam a destruição dos museus, não manifesta o desejo de simplesmente negar o passado ou demolir a figura do rei. Isso porque ele tem plena consciência de que tanto um como o outro fazem parte do imaginário do português e de sua identidade. Ao retomar o mito, o autor promove sua regeneração: transforma o conquistador, cego pela conquista e pela arte guerreira, que, por conseguinte, promove a desgraça, a alienação da coletividade, no conquistador voltado para a prática amorosa. Dando oportunidade a D. Sebastião, por meio do recurso da ficção, de retornar do seu olvido, Almeida Faria, de certo modo, permite-lhe que se regenere, ao submetê-lo a uma errância, em que se dá uma custosa aprendizagem, com a final reconciliação do sujeito consigo mesmo e com a figura que lhe serve de modelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, António Lobo. **As naus**, 3ª ed., Lisboa: D. Quixote, 1990.
- BESSELAAR, José van den. **Sebastianismo: história sumária**, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- COELHO, António Borges. “Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (Séculos XV-XVI)”, in José Tengarrinha (org.). **História de Portugal**, Bauru: UNESP, 2000.



DOSSE, François. **A história em migalhas** (Dos Annales à Nova História), trad. bras., Bauru: EDUSC, 2003.

FARIA, Almeida. **O conquistador**. Lisboa: Caminho, 1990.

FRANCO, António Cândido. **Vida de Sebastião – Rei de Portugal**, Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2003.

GARRETT, Almeida. **A cidade e as serras**, Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

_____. **Frei Luís de Sousa**. São Paulo: Núcleo, 1993.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Fernando Pessoa, o Outro**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1979.

LOURENÇO, Eduardo. “Sebastianismo: imagens e miragens”, in **Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade**, 3ª ed., Lisboa: Gradiva, 2001.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**, Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MOISÉS, Carlos Felipe. Introdução a **Mensagem**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

OLIVEIRA MARTINS. **O sebastianismo**, Lisboa: Terra Livre, 1978.

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Aguilar, 1972.

RÉGIO, José. **El-Rei D. Sebastião**. 2ª ed., Póvoa de Varzim: Brasília Editora, 1978.

SÉRGIO, António. **Breve Interpretação da História de Portugal**, Lisboa: Sá da Costa, 1978.

94

_____. TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**, Bauru: UNESP, 2000.

